

Agora vem a negociação!

Celesquianos querem garantia de emprego, reposição de perdas salariais e manutenção dos direitos adquiridos.

No último sábado celesquianos de todo o estado unificaram a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho 97/98. As grandes discussões ficaram em torno das propostas de alterações, tiradas nas assembléias regionais. Foi também a oportunidade de mais uma vez lutar pela manutenção da Celesc pública. Os depoimentos do deputado federal Vanio dos Santos, do deputado estadual Lício Mauro da Silveria e do vereador Mauro Passos reforçaram a importância da Celesc para os catarinenses.

Do ano passado para cá mudaram algumas coisas na pauta do ACT. Das cláusulas econômicas será proposta a recomposição da tabela salarial do PCS, com o índice de 12,98% referente às perdas de 01/10/95 a 30/09/96, descontado o índice de 6% pago no acordo do ano passado. Quanto à reposição de perdas salariais os empregados reivindicam reajuste em 01/10/97 com índice integral do ICV/DIEESE de 01.10.96 a 30.09.97, aplicado sobre a tabela salarial do plano de cargos e salários da empresa referente a setembro desde ano, já recomposta. Após esta reposição, os salários dos empregados aumentam pelo índice de produtividade. Por ocasião da data base em outubro os empregados exigem um abono salarial equivalente a 85% da remuneração fixa. E os salários dos trabalhadores da Celesc serão corrigidos pela variação acumulada do ICV/DIEESE sempre que ultrapassar a taxa acumulada de 5% desde a correção antecedente.

As cláusulas já existentes sofreram algumas alterações. Os celesquianos querem que a empresa assegure o pagamento da gratificação anual equivalente a 75% do salário base, incluído aí salário fixo, produtividade, participação, complemento salarial, decisão judicial e periculosidade, de março de 98, creditada em parcela única. A pauta também exige a disciplina da prática do sobreaviso, o que não acontece em diversos postos de atendimento do estado apesar dos trabalhadores ficarem sempre à disposição da empresa. Os eletricitários reafirmaram a vontade de receber pagamento do abono constitucional de férias.

Houve bastante discussão quanto ao auxílio alimentação. A assembléia aprovou o repasse na forma de vale-refeição, no valor de R\$ 7,00 por dia útil. A pauta do ACT 97/98 também prevê eleições diretas e com voto secreto para o ouvidor ou ombudsman, e

não mais por indicação da diretoria; e que a empresa arque com despesas médico-hospitalares em caso de acidentes em serviço e doença profissional. O adicional de penosidade ficou mantido: para quem trabalha em turno de revezamento permanece em 1%. As horas-extras também não tiveram alterações.

Em tempos de contenção de despesas, o ACT estabelece a garantia de emprego, a exemplo do que aconteceu com os funcionários da Casan recentemente. Por esta pauta os celesquianos querem da empresa o compromisso de não efetuar demissões em massa ou individualizadas (a não ser que comprovadas) por um período de dois anos a contar da assinatura deste acordo. Este ponto é fortalecido ainda por outra cláusula: a que exige a reposição de pessoal através de concurso público, inclusive para pessoal contratado por firmas interpostas e estagiários. Sobre esta questão dos estagiários, a Intercel até está estudando a possibilidade de entrar com representação na procuradoria do trabalho a fim de legalizar a situação.

Os empregados aprovaram a cláusula que determina que o seu representante no conselho de administração tenha as mesmas condições que o ouvidor, quanto a espaço físico, liberação do ponto, orçamento etc. Foi aprovada também a pensão para maridos de empregadas participantes da Celos, a gratificação de dupla função para eletricitistas que utilizam veículos, o horário especial para turno único das equipes de Linha-Viva das 7h30 às 13h30 durante o horário de verão, avaliação das condições ergonômicas dos funcionários sujeitos a adquirir lesões por esforços repetitivos, bem como a revisão das rotinas de trabalho.

Outra polêmica da assembléia foi com relação ao auxílio estudante, rejeitado mais uma vez. A proposta era de que a empresa reembolsasse em 50% as despesas de matrícula e mensalidade dos seus empregados que estivessem cursando o 2º ou 3º grau. No mais permanece a mesma pauta do ano passado.

Depois de três horas de votação, todos os celesquianos e alguns convidados participaram de um agradável almoço-dançante, patrocinado pela Intercel. É neste clima que os sindicalistas esperam que seja a negociação. "O que importa é que os interesses dos trabalhadores sejam respeitados", comenta Sebastião Aurélio Marcos, diretor da intersindical.



Assembléia do ACT 97/98...



foi tranquila... familiar



e com momentos de descontração...

Intersul aguarda resposta sobre PL

Como num jogo de gato e rato, mais uma vez a diretoria da Eletrosul alimenta a propagação de boatos relativo à vida dos trabalhadores da empresa. Desta vez o tema é o pagamento da Participação nos Lucros, ano de 1996. Considerando que a Eletrosul apresentou lucro no exercício passado e que o estatuto da empresa determina a distribuição destes lucros aos empregados é evidente que quem trabalha na empresa está esperando este devido, pagamento. Desde 6 de maio a Intersul e o CNE tentam discutir a questão. Primeiro com a holding Eletrobrás e posteriormente com a diretoria da Eletrosul. As respostas foram várias, mas nunca conclusivas. No dia 17 de julho, mais uma vez a empresa comunicou que não havia novidades sobre o assunto e que dependia da autorização da

Eletrobrás e do Ministério das Minas e Energia para efetuar este pagamento. Nada mais comunicou aos sindicatos.

Em reunião no dia 1º de agosto, com as chefias, o presidente Cláudio Ávila **teria** anunciado o pagamento do PL/96. **Teria** dito que ele **aconteceria** ainda em agosto e que **corresponderia** a 98% de uma remuneração de cada trabalhador. Até o fechamento do Linha Viva, na tarde de quarta-feira, porém nenhuma declaração havia sido feita pela diretoria da Eletrosul aos representantes dos trabalhadores. O Diretor Administrativo, Laércio Dias, foi procurado pelo jornal para saber qual a posição da empresa, mas estava viajando e seu assessor, Luiz Carlos Pacheco, não retornou o pedido de esclarecimento sobre o assunto. O Chefe da Assessoria de Imprensa, Ronaldo Canali, também não foi encontrado.

Eletricitários se mobilizam para decidir a PLR

Cada um fez o que pode e os eletricitários de todo Brasil ligados à holding Eletrobrás, realizaram, dia 30 de julho, uma mobilização nacional pela Participação nos Lucros e Resultados. No norte do país a agitação foi maior, inclusive com paralisações do dia inteiro em vários estados. Em outras regiões aconteceram assembleias. Porém ainda não foi agendada a continuidade das negociações.

Na Eletrosul, em Florianópolis, a assembleia rejeitou a proposta da empresa e aprovou a

reivindicação de um adiantamento de R\$ 1.500,00 por empregado. Em Curitiba houve uma paralisação de 45 minutos.

Em Recife, onde o sindicato distribuiu maças (o símbolo da campanha) mais de 300 trabalhadores que fizeram um ato de protesto em frente a empresa decidiram elaborar um calendário de paralisações setoriais. Foi tirado dia 11 de agosto - a próxima segunda-feira - como indicativo da primeira parada de 24 horas.

Aberto processo de escolha de candidatos para a Elos

A Intersul iniciou o processo de escolha dos candidatos que vai apoiar nas eleições da Elos para o Conselho de Curadores (3 titulares e 3 suplentes), Diretoria Executiva (1 Diretor Administrativo) e Conselho Fiscal (1 titular e 1 suplente).

O processo de escolha acontecerá paralelamente à campanha salarial 97/98 na Eletrosul, que obedecerá o seguinte calendário: de 6 a 15 de agosto - assembleias para indicação de candidato a candidato em cada sindicato; dia 13 de agosto - plenária em Florianópolis para fechamento dos candidatos aos cargos.

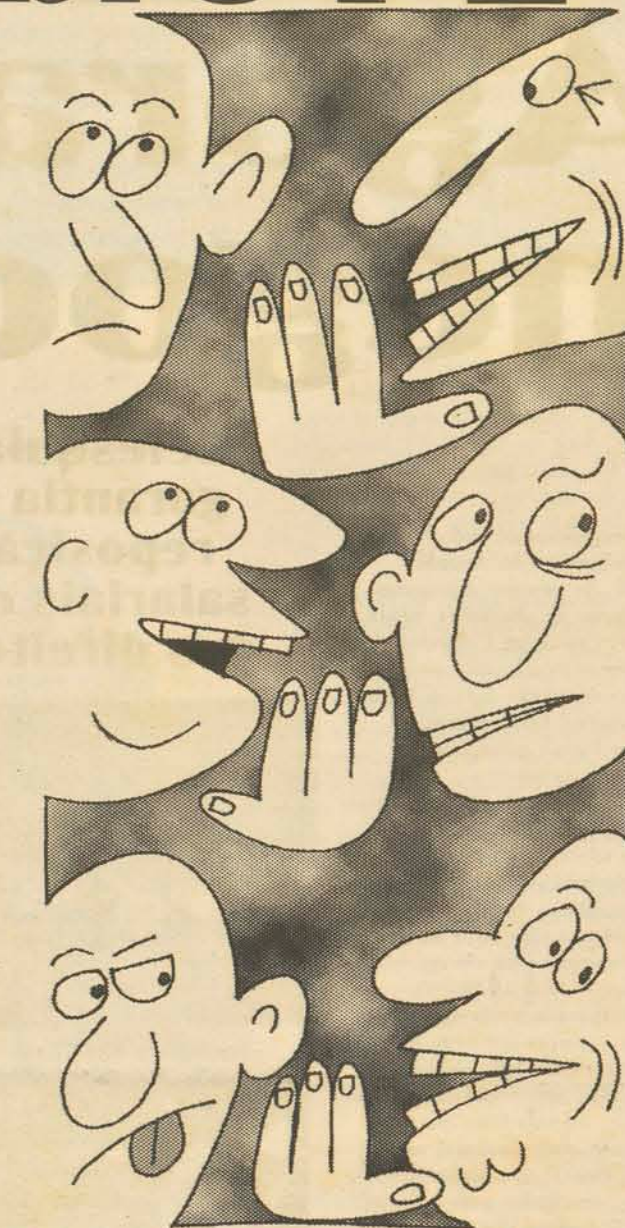
O mandato dos atuais curadores, que é de três anos, se encerra em dezembro deste ano. O do



Diretor Administrativo, que é de dois anos, acaba no início de 98 e os do Conselho Fiscal, duração de um ano, já expirou.

Para economizar e garantir um quórum mínimo na eleição, a Intersul entende que ela deva ser feita de uma única vez, este ano, respeitando os mandatos para a posse nos cargos.

Os atuais representantes eleitos que foram apoiados pela Intersul, desenvolveram um bom trabalho e por isto, entende a intersindical, são candidatos naturais. A Intersul está conversando com cada um deles para saber do seu interesse em concorrer de novo. Hoje existem 5 representantes eleitos com o apoio da Intersul, num total de nove vagas.



Usina precisa de socorro

A usina elétrica de Marum, na cidade de São José, a mais antiga do estado, está sendo depredada por vândalos. Ela funcionou desde 1907 até 1971 e todo o equipamento, incluindo a mão-de-obra, vieram da Inglaterra. Cada uma das três turbinas produzia 240 kw/h o que hoje mal abasteceria um pequeno município, como o recém emancipado São Pedro

de Alcântara, na grande Florianópolis. A Celesc não tem dinheiro para mantê-la e alega que não é sua função cuidar de patrimônio histórico. A UFSC também não tem verba para isto. A proposta é que a prefeitura da cidade ou outra entidade se interesse pela manutenção e reforma do prédio.

tribuna
live

Pensando e repensando

Jose de Fátima Boschette
trabalhar/Celesc/Blumenau

Desde 1982 quando comecei a trabalhar no COD de Blumenau, fazendo parte deste grupo por problemas difíceis, mas também muitas glórias, que nos alegraram. Como de, sem menosprezar os demais, saber que, por vários anos, fomos considerados como o melhor COD do estado.

Isto se dava graças ao jeito sério e humano das chefias e entendiam que o COD era o coração da empresa. Assim, motivados pela união e companheirismo de todos, formava-se um área de trabalho com bons resultados.

Hoje nos depaamos com colegas desmotivados, decorrente da falta de valorização da equipe até menosprezados, devido a mudanças locais, impostas sem a devida discussão com os subordinados. Somente com a união deste grupo é que as chefias vêm na tentativa de conciliar os próprios interesses - de nem sempre são os da empresa - e resolvem os problemas através da discussão.

Que não venham com os velhos discursos, que em sua maioria são sempre atuais e repetidos - de que as reações não passam de questões políticas de um determinado grupo - pois estas reações sempre ocorreram porque se construiu tudo o que está consolidado e sempre com a participação de todos.

O que queremos impositores, os ditadores de ordens e discursos fáceis na verdade é provocar a desunião do grupo, para que desunidos não tenhamos forças para lutarmos pelos nossos direitos de funcionários e, acima de tudo, de cidadãos que merecem respeito individual e coletivo.

Afirmo que, os resultados positivos de uma empresa também dependem de quem a administra e de como administra, para que não ocorra a falta de participação na solução dos problemas.



CIPA
Ficam abertas até o próximo dia 11 as inscrições para a CIPA da Celesc/ARFLO. A eleição será dia 21 deste mês.

DESEMPREGO

Existem no país mais de um milhão de desempregados e a tendência é de que o número aumente. Recente pesquisa do IBGE apresenta taxa de desemprego em junho de 6,9%: o número de trabalhadores com carteira assinada de 19,8% passou para 16,51%.

Baianos perdem a Coelba

Mesmo com a interferência da OAB - seção da Bahia e com o esforço dos sindicatos alegando inconstitucionalidade, a Coelba (Companhia de Eletricidade da Bahia) foi vendida na última quinta-feira para a empresa Guarani S/A, formada pela empresa espanhola Iberdrola, Banco do Brasil e Previ, por R\$ 1,73 bilhão e o ágio foi de 77,38%. O governo baiano a tinha subavaliado em R\$ 975,81 milhões e esperava um ágio de 30% de acordo com a OAB, mas no leilão ficou provada a importância da empresa, vendida por quase o dobro. Concorreram cinco consórcios liderados pela Light, Escelsa, Cerj, Iberdrola e

Flórida Power. A menor proposta foi de R\$ 1,4 bilhão. Antes do leilão, o governo da Bahia havia conseguido R\$ 117 milhões com ofertas públicas de ações da empresa, mesmo assim não hesitou em desfazer-se da companhia.

É claro que a privatização da Coelba só foi possível graças à injeção do BNDES de R\$ 225 milhões, o que a tornou atraente à iniciativa privada. E agora, depois de vendida, vai financiar os com-pradores com até 50% do valor mínimo (R\$ 492,9 milhões). Das 86% ações vendidas, as empresas do Banco do Brasil ficaram com a maior parte do bolo, 44%, enquanto a Iberdrola com 39% e outros 5,5%

foram repassados ao Clube de Investimento dos empregados da empresa. A exemplo da Light e Escelsa, na Coelba os trabalhadores não tem garantia de emprego e o governo oferece a ilusão de ganhos através destes clubes de investimento. Hoje a empresa tem um quadro de 4600 funcionários, mas antes mesmo do processo de venda, cerca de 2400 deixaram a Coelba por aposentadoria ou pelo plano de demissão voluntária. "Mesmo assim, em todas as privatizações feitas até agora, sempre houve demissões. Achamos que aqui não será diferente", lamenta um dos diretores do Sinergia baiano, Antônio Brito.



Ao sair da presidência da Celesc na próxima semana, Paulo Tatim deixará mais um problema para a empresa. Não cumpriu o Plano de Cargos e Salários negociado e acordado na gestão de Paulo Meller.

O item 3.1 do PCS previa, para julho/97, avaliação de desempenho e promoção horizontal por merecimento, mas foi ignorado por Tatim que, numa correspondência à Intercel, de 25 de julho, insinuava que os sindicatos não estavam comprometidos com a elaboração do Programa de Avaliação e que por isto não foi aprovado.

No Paraná a coisa é diferente!

Enquanto 17 governadores, entre eles Paulo Afonso Vieira, já firmaram convênio ou assinaram protocolo de intenções com o BNDES para a privatização de suas empresas, outros, de maneira alguma, querem se desfazer do seu patrimônio. E a coisa vai de vento em popa. Este é o caso da Copel no Paraná.

Segundo entrevista do governador Jaime Lerner à Gazeta Mercantil, o estado investiu muito na verticalização da Copel durante muitos anos e acha injusto desmembrá-la para a venda forçando a desvalorização deste investimento. Quanto ao fato de vender as empresas com a alegação de que os estados não têm dinheiro, Lerner discorda: "Eu também não tenho dinheiro, mas não preciso vender a Copel para gerar investimentos. Ela dá lucros e uso a empresa como sócia de investidores privados". O governador paranaense também aposta no crescimento da rentabilidade patrimonial da empresa. Ele espera que em três ou quatro anos suba de 5 para 12%. A meta do Paraná é produzir energia e vendê-la para todo o Brasil e para isso, em vez de transferi-la à iniciativa privada o governo injeta recursos na empresa. Um exemplo é o lançamento de recibos de depósito americano e ações da empresa, vendidas por 500 milhões de dólares a serem aplicados exclusivamente na Copel. "O governo ganha, porque é detentor de 60% das ações. Quanto mais a Copel se valorizar, melhor!". Não é a toa que as pesquisas apontam o Paraná como o melhor estado do país, orgulha-se Lerner.

Tatim sai sem pagar promoção

A Intercel esclarece que não cabe aos sindicatos elaborar e executar este programa e também não é interesse dos dirigentes sindicais impedir que isto aconteça. Ao contrário, sempre se manifestaram sobre a necessidade de um instrumento de avaliação.

"Os sindicatos cumpriram sua obrigação. Analisaram, criticaram e indicaram soluções para corrigir as fragilidades do plano apresentado. Elaborar o programa é prerrogativa da empresa que tem técnicos capazes de uma tarefa tão complexa quanto esta", argumenta Sary Koech Alves, presidente

do Saesc. Desde 28 de agosto de 96 - há um ano portanto - a Intercel vem solicitando providências, cobrou nas reuniões da CRH o cumprimento do cronograma. "Se a diretoria da empresa estava convencida de que o programa é bom, por que não o aprovou na CRH, onde tem maioria? Jogar culpa nos sindicatos é a saída mais fácil dos "vacilões". Queremos o cumprimento do PCS. Propusemos para este ano, como alternativa, o avanço de um estágio na tabela de salários para todos, com efeito retroativo a julho. É isso que também vamos defender", conclui Sary.

FAÇA SUA PARTE!

Na próxima semana a Intercel começa a distribuição, em todo o estado, da cartilha ENERGIA É UM BEM PÚBLICO, que fala da importância da manutenção da Celesc e Eletrosul públicas. Leia e divulgue essa ideia! E na terça-feira, dia 12, o Sinergia inicia a campanha de cadastramento de todos os eletricitários de sua base. Os objetivos são a informatização do cadastro dos eletricitários e a melhora na comunicação do sindicato.

E NA ARGENTINA...

Dia 25 de julho passado parte da população da província de Buenos Aires que teve a energia elétrica privatizada realizou um apogão de 15 minutos atendendo a um chamado do Sindicato Luz y Fuerza Mar del Plata. O protesto é contra a Edea SA, grupo multinacional que comprou os serviços e que em junho duplicou o preço das tarifas para os

consumidores domésticos e demitiu vários trabalhadores, inclusive sindicalistas. O sindicato espera reverter a situação na justiça, tendo em vista que a demissão de sindicalistas viola a Constituição argentina e resoluções da OIT.

expediente

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Merli Cristina Scamozzin (DRT/RS4966) e Acilmar de Matheus (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia, Diretoria de Imprensa, Olga Regina Vieira, Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC, CEP 88.010-000. Fax (048)224-9104.

Esta semana o Gapa/Fpolis (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) comemora 10 anos de trabalho. O movimento - um dos pioneiros no Brasil - surgiu entre pessoas que trabalhavam com pacientes internados no Hospital Nereu Ramos e que observavam o número crescente de vítimas do HIV em Santa Catarina. Eles decidiram criar uma organização não governamental para lutar por uma política de saúde pública voltada para a Aids. Mas a falta de iniciativas do Estado em apoiar e tratar os portadores da doença obrigou o grupo a desenvolver uma grande atividade assistencial, pela qual hoje ele é conhecido na comunidade.

Hoje o Gapa/ Fpolis além do Lar Recanto do Carinho (para crianças portadoras abandonadas) e do Lar Recanto da Esperança (para recuperação de portadores usuários de drogas), desenvolve ações de informação, prevenção e combate ao preconceito contra o HIV-Aids. São elas: Projeto Consciência (prostituição viril), Desperta Mulher, Grupo de Auto-Ajuda, Disque Aids (número 1510), distribuição de preservativos, cursos multiplicadores, treinamentos e seminários. Mas a tarefa é gigantesca. Entre as dez cidades com maior incidência do vírus no país, três são catarinenses: Balneário Camboriú, Itajaí e Florianópolis (esta última com um número maior de vítimas). As ações do Gapa, por princípio, são baseadas no respeito à cidadania dos portadores. E, se o Gapa/Fpolis pode se orgulhar do trabalho realizado com as crianças no Lar Recanto do Carinho o mesmo não pode ser dito em relação aos portadores adultos. O preconceito continua atuante. Existem cerca de 100 voluntários trabalhando com as crianças mas apenas dois para cuidar de todos outros portadores.



Helena, a força do Gapa



Luiz Fernando, do Consciência

A grande armadilha da Aids: as aparências

Vivemos num mundo de aparências e esta é a grande armadilha da Aids. "Como explicar para um garoto programa que aquela pessoa com um bom carro, bem vestida, limpa, com dinheiro, é doente? Que aquela modelo bonita, exuberante é portadora? A cultura dos excluídos é de que só o pobre é doente. A Aids foi uma doença que veio de cima para baixo e está tomando a cara da pobreza. Hoje quem se contamina são pessoas desinformadas, são cidadãos mutilados nos seus direitos com uma imagem desabonadora sobre si mesmos, gente expurgada da sociedade (sem escola, sem educação, sem uma família que foi desestruturada pela miséria, sem saúde e sem profissão)". Este não é um desabafo, mas uma simples constatação na boca de Luiz Fernando Martins, coordenador desde 93 do Projeto Consciência, que cadastrou 350 garotos programa na Grande Florianópolis entre 12 e 25 anos. No ano passado 113 destes homens fizeram teste de Aids e 17 deles estavam contaminados, uma média considerada muito alta. Luiz Fernando também não fala com espanto da necessidade que muitas vezes o Gapa tem de chamar a Polícia Militar para conter algum portador ou familiar descontrolado pela falta de medicamento ou comida e que começa a depredar as instalações do grupo. "A população que atendemos é marginalizada e excluída. Um usuário de drogas, por exemplo, quando descobre que é portador tem necessidade de ter seus direitos de cidadania respeitados. Como isto não acontece vão ao Gapa exigir este direitos".

Nos últimos três anos Luiz Fernando faz rondas das 21 horas até as 3h30min da madrugada pelos pontos de prostituição viril da cidade. O trabalho que começou como de prevenção, distribuição de camisinhas e educação, foi ampliado. Hoje o Projeto Consciência busca a reinserção destas pessoas na sociedade, procurando cursos profissionalizantes, novos empregos e dando auxílio nos cuidados de saúde que a maioria nunca teve. E, por incrível que pareça um dos grandes instrumentos que o grupo tem para isto são os vales transporte e refeição doados por trabalhadores (como acontece na Eletrosul), que permite que estas pessoas se desloquem e tenham o que comer. Hoje 19 garotos já tem outra profissão e 26 estão estudando para se profissionalizar. Se alguém tiver interesse em prestar qualquer tipo de auxílio ao projeto basta discar (048) 223-0548, após às 16 horas.

Helena, a mãe do Gapa

Helena Lima Pires é uma mulher de meia idade, que, apesar de franzina e com uma altura não chega aos 1,50 metros, carrega nos ombros há 10 anos o Gapa/Fpolis. Na noite de segunda-feira, dia 4 de agosto, participando da sessão solene na Câmara de Vereadores, em homenagem ao trabalho do grupo, ela fez uma retrospectiva do trabalho em HIV/Aids. Seu pronunciamento foi entusiasmado e encerrou com um pedido: que os vereadores cedessem algum dos estacionamentos do município à entidade. Em julho o Gapa não conseguiu pagar seus encargos sociais e contraiu uma dívida de R\$ 4 mil para comprar medicamentos. A ajuda oficial do governo que o grupo recebe é de R\$ 140,00 mensais. O resto é doação da comunidade e "jeitinho". Nesta última modalidade está, por exemplo, o uso de medicamentos que sobram em outras cidades do país. "O governo dá para eles e não dá para nós. Que fazer? Depois que um chefe de poder executivo me disse que a prioridade do seu governo não era a Aids, não há muito o que fazer." A atitude governamental em relação à doença é muito importante. Ao ser perguntada por que Florianópolis está na frente de Santos, cidade por anos campeã brasileira em incidência da doença, Helena responde rápido: "PT". E explica: "a política que Santos desenvolveu foi pioneira na prevenção e redução do que chamamos de 'danos de troca' - o uso de uma mesma seringa por várias pessoas. Toda a ótica da campanha foi para a população pobre, de risco. Os resultados estão aí para comprovar".

No seu discurso Helena mais uma vez falou dos preconceitos que cercam a doença. "Quando a Aids surgiu no início da década de 80 restrita a homossexuais ela trouxe à tona tabus, preconceitos e muita discriminação. E, como era uma doença nova ela despertou pânico entre as pessoas que muitas vezes recebiam informações distorcidas e mal intencionadas. Hoje a doença atinge todas camadas da população". Mas bem que Helena poderia ter passado sem ouvir a intervenção desastrosa do vereador André Freisleben, do Partido Verde. Ao prestar seus cumprimentos ele demonstrou um preconceito inconcebível num ecólogo. Segundo André, seria bom que os índices de incidência da doença em Florianópolis discriminassem quantos infectados eram nativos e quantos eram "pessoas de fora", gente que teria trazido a Aids para a cidade.

Atrás de uma idéia

Nos últimos anos a Aids passou a incidir com maior virulência em grupos de usuários de drogas e mulheres. Em Florianópolis o número de infectados por uso de drogas injetáveis é grande: 1.263 pessoas.

Em vista destes índices alarmantes, o Gapa quer discutir com sociedade catarinense o que fazer. "Hoje as campanhas são exclusivas à distribuição de preservativos. Mas o que fazer em termos de prevenção para os usuários de drogas? Não vamos tapar o sol com a peneira. Nós temos que entrar nesta luta. Mas como? Não precisa ser distribuindo seringas, como foi feito em Santos e que causou tanta comoção. Mas que outra forma teríamos?"

O Gapa atualmente atende, no Lar Recanto da Esperança, 12 pessoas HIV positivas sem qualquer vínculo familiar, passando por processo de recuperação. Outras 60 estão na fila de espera, mas o grupo não tem como atendê-las, apesar de estar em construção uma nova casa para mais 40 pessoas. "Não temos gente para cuidar destas pessoas", explica Acácio Mello Filho, ex-dependente e coordenador do lar.

Quem tiver alguma contribuição basta ligar para (048) 269-2713.